



Cidadania e Violência no telejornalismo sensacionalista: uma análise de conteúdo do programa Chumbo Grosso¹

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer²

Núbia da Cunha Simão³

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

Resumo

Análise exploratória dos diferentes aspectos do telejornalismo sensacionalista, modelo que difere do telejornalismo clássico pelo apelo a violência, uso de termos chulos e valorização de temas ligados ao dia a dia da população de baixa renda. O trabalho dá uma ênfase aos limites que envolvem o jornalismo sensacionalista para a televisão, por meio dos fatos noticiados e como eles são tratados no Programa Chumbo Grosso veiculado pela TV Goiânia/ Band; a ordem interna da narrativa, a redundância, a fragmentação do conteúdo e o tempo total da narrativa, além das questões referentes às transmissões ao vivo e aos recursos retóricos ou técnicos. O objetivo é compreender se as informações transmitidas pelo programa mencionado contribuem para a consolidação da cidadania.

Palavras-chave: telejornalismo, sensacionalismo, violência e cidadania.

Porque falar de Televisão e de Telejornalismo

“Historicamente, o direito à comunicação corresponde ao passaporte da cidadania, ao instrumento que viabiliza a integração de cada indivíduo à sua comunidade” (MARQUES DE MELO, 1984, p.98). No Brasil, fatores históricos e estruturais possibilitaram que grandes grupos de emissoras de televisão comerciais, cuja propriedade está centralizada em algumas famílias, alcançassem o status de principal – e, em alguns casos, única - via de acesso à informação para grande parte da população.

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, Especialista em Sociologia pela Universidade Federal de Uberlândia e Jornalista graduada na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. E-mail: anacarolina.temer@gmail.com

³ Mestranda em Comunicação pela Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, Especialista em Economia pela Universidade Estadual de Goiás (2008) Jornalista graduada na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (2007), Economista graduada pela Universidade Estadual de Goiás – UEG (2006). Coordenadora do curso de Jornalismo da Faculdade Araguaia (FARA). E-mail: nubiasimao@gmail.com.



Essa informação chega principalmente pelos telejornais, gênero mais importante em matéria de noticiário.

A mídia funciona na contemporaneidade como instrumento regulador da experiência pública ou privada: a gestão da experiência cotidiana contemporânea está intrinsecamente ligada às representações da mídia, especialmente da televisão. Os telejornais constituem-se, portanto, como uma nova praça pública, um espaço público “mediador de significados sociais e culturais em circulação.” (MOTA In VIZEU, 2005, p. 131).

Consequentemente, os telejornais são espaços privilegiados nos quais a sociedade brasileira se informa e, de maneira transversal, vê e compreende a sua dinâmica social e política. Para boa parte da população brasileira o que é importante para o país (e também para o mundo) está no telejornal, e o que nele não está representado, seja o assunto esporte, a política, as ações policiais ou questões ligadas a cidadania, não é significativo, não tem importância.

De fato, o modelo de televisão que se implantou no Brasil exerce uma marcante influência no imaginário social, eventualmente sobrepondo-se a um plano real marcado por rupturas e desigualdades sociais (BUCCI, 1996, p.13). Assim como outros meios de comunicação, a televisão ocupa um espaço de mediação entre a realidade e as pessoas.

O telejornalismo especificamente, que se apresenta como “uma exposição da realidade”, faz certamente parte da pauta para debates interpessoais e sociais. Sobretudo, o telejornalismo fornece os elementos básicos por meio dos quais o indivíduo elabora a sua realidade, uma vez que “o sistema de informações impõe-se contemporaneamente como o lugar central de produção do real do Ocidente moderno. A Informação é um modo de organizar o espaço contemporâneo” (SODRÉ, 1992, p.22).

No entanto, o telejornalismo não é um produto neutro. Embora a noção de “espelho da realidade” esteja imbricada da concepção do jornalismo, aspectos relativos a propriedade comercial das mídias e das rotinas de produção do material jornalísticos demonstram com clareza, que embora o telejornal tenha como base a realidade, ou a veiculação de fatos reais, a transformação desses fatos em matérias jornalísticas gera distorções. Os limites da representação do real impostos ao telejornal começam pelo fato dele ser um produto vendido a dois públicos diferentes: um público genérico, que assiste o telejornal em suas casas ou locais diversos – o telespectador, e outro público diferenciado, que atua como financiador das produções televisivas - o anunciante (MARCONDES FILHO 2000, p.116). Atingir ao telespectador, “vender” para este



público o produto telejornal, é em princípio a estratégia principal dos diretores e editores de televisão. É esse público conquistado, a audiência, que garante a adesão do segundo público, o anunciante. De fato, todo o investimento do anunciante é feito em função do público potencial do telejornal: mais do que o intervalo comercial medido em minutos e segundos, o anunciante “compra” a possibilidade de atenção do público. No entanto, ao investir na “atenção” do telespectador o anunciante é também um comprador exigente, que imediatamente se afasta de programas que julgue comprometer sua credibilidade ou faça ataques diretos ou indiretos que de qualquer forma afetem a sua imagem.

Para conquistar o telespectador, a televisão estrutura-se com base na carga emocional, dando destaque a fatos que digam respeito a rupturas ou transgressões sociais. A partir dessa escolha são elaboradas as “pautas” jornalísticas, ponto de partida para a elaboração das matérias jornalísticas. Para cada fase desse processo, ou seja, entre a elaboração da pauta e a matéria jornalística efetivamente veiculada, são produzidas “representações” significativas dos acontecimentos. Cada uma dessas fases, igualmente, é re-elaborada a partir de regras do mundo simbólico da televisão e do jornalismo, nas quais a violência, o crime, a corrupção, ganham destaque, não pela importância em si, mas pela carga emocional potencial que carregam.

É necessário acrescentar, no entanto, que o receptor comum que assiste a produção telejornalística diária, não percebe essa contradição. De fato, boa parte da vida dos indivíduos é determinada pelo que ele vê na televisão, na medida em que ela oferece as informações que ajudam a construir a imagem do mundo em que vive. Este indivíduo, de forma consciente ou não, absorve através do telejornalismo as informações que “delimitam” o seu mundo, que dizem de que forma deve ocorrer sua interação com o Estado e com a sociedade, ou ainda, quais são as condições dadas para a sua sobrevivência física, social e cultural – para o exercício da sua cidadania.

Para Eugênio Bucci, o espaço público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão. O que não é noticiado na televisão não faz parte do espaço público. Neste sentido a vida privada brasileira é mantida pelo que a TV oferece.

Ela não determina o que cada um vai fazer ou vai pensar, não há um cérebro maquiavélico por trás de cada emissora procurando doutrinar a massa acrítica (...); a massa de telespectadores não obedece irrefletidamente o que vê na tela; o que acontece é que a televisão se apresenta com mecanismos necessários para integrar expectativas diversas e dispersas, os desejos e as insatisfações difusas, conseguem incorporar



novidades que se apresentem originalmente fora do espaço que ela ocupa e, em sua dinâmica, vai dando contornos do grande conjunto, com um tratamento universalizante das tensões. (BUCCI, 1996, p. 11).

Ainda que para alguns autores radicais afirmem que televisão é incapaz de colaborar na construção da cidadania, é impossível negar que ela dá “os limites desta cidadania”, na mesma medida em que é uma influência importante na construção da imagem que o indivíduo tem do Estado e da sociedade na qual está efetivamente, e dos seus direitos e deveres.

Canclini afirma que “os meios de comunicação substituíram partidos, sindicatos, intelectuais” (1996, p. 50) e ainda que este trabalho não ofereça bases para citar todos os meios, é certo que de muitas maneiras a televisão brasileira serve aos poderosos e os propagandeia, além de, em muitos casos, estar a serviço daqueles que representam esse poder. Embora esse texto não tenha a pretensão avançar em estudos que comprovem ou não essa afirmação, é evidente que a televisão enquanto veículo tem uma poderosa influência na vida social e política dos seus receptores. Sobre esse ponto é igualmente importante destacar que no Brasil as relações da televisão e do telejornalismo com o poder econômico e com o Estado é particularmente evidente

Ao longo desses quase cinquenta anos de história da TV no Brasil, o Estado, por intermédio de diversos governos, influenciou diretamente de diferentes maneiras nessa indústria. Deteve o poder de conceder e cancelar concessões de TV, mas nunca deixou de estimular as emissoras comerciais. Na década de 50 e 60, o poder público contribuiu para o crescimento da televisão mediante empréstimos concedidos por bancos públicos a emissoras privadas. Durante o regime militar os investimentos aumentaram na forma de instalação de infra-estrutura e divulgação de anúncios publicitários. (HAMBURGER, 1998, p.454)

Embora nem sempre o governo e suas ações cheguem às telas de forma convencional, a política e principalmente, os políticos (TEMER, 2002), são figuras constantes nos telejornais. A televisão transforma a política em espetáculo, dando espaço para os constantes escândalos sobre corrupção no governo, dando ênfase ao mau uso do dinheiro público, e outros aspectos que se sobrepõem e se confundem com o jornalismo policial ou assuntos ligados à polícia e a investigação policial.

A questão da cidadania e dos direitos humanos e sociais torna-se mais relevante quando consideramos que a televisão brasileira nos últimos trinta anos abriu espaço para um modelo de jornalismo diferenciado, mais sensacionalista e com maior espaço para as



questões sobre violência, voltado para o público de menor poder aquisitivo. Esse jornalismo, que ao mesmo tempo congrega todos os limites do telejornalismo, levanta novas questões éticas ao enfatizar ainda mais os aspectos emocionais da violência e dos fatos policiais. Pobre na temática e eventualmente até nos recursos técnicos, esse modelo tem obtido sucesso junto ao grande público, a ponto de ganhar vários similares em diferentes canais e influenciar os telejornais mais tradicionais.

O alcance do modelo junto ao grande público torna essencial compreender alguns aspectos do seu conteúdo. Nesse sentido, o objetivo deste texto é entender como o telejornalismo de caráter sensacionalista, a partir dos limites próprios da televisão ao lidar com a informação, enfoca a questão da cidadania. Sobre isso, é necessário acrescentar que uma vez que a questão da violência e os assuntos policiais são a temática central destes telejornais, esses assuntos são igualmente abordados neste texto, para tanto se fará uma análise de conteúdo do Programa Chumbo Grosso, veiculado pela TV Band Goiânia e transmitido de segunda a sexta-feira das 13h00 às 14h15, para todo estado de Goiás.

Informação e Cidadania

O acesso às notícias e as “novidades” é uma necessidade humana. Nas sociedades primitivas essa necessidade está ligada à própria sobrevivência (no caso de informações sobre a caça ou a pesca, quando tais atividades eram mantenedoras da comunidade) (STEPHENS, 1993, p. 79). O acesso às informações é também uma necessidade política e social: comunicar-se é, ao mesmo tempo, uma forma de interagir socialmente e de interferir nas decisões da comunidade.

Consequentemente, negar informações, dar informações falsas ou incompletas são formas de violência, uma vez que nega ao indivíduo a condição necessária à sua sobrevivência física; e também uma forma de negar-lhe a cidadania, pois o afasta das condições essenciais para participar das decisões da sua comunidade em diferentes níveis, entre eles o político.

Ainda que a cidadania seja um conceito em permanente reconstrução, um produto da história social e da consciência, ser cidadão envolve o sentido de interagir, de trocar informações, de pertencer a uma comunidade, ser respeitado e respeitar essa convivência social, ter espaço para a sobrevivência física, ter acesso aos direitos políticos, civis (liberdade, propriedade, segurança e justiça, incluindo igualdade perante



a lei) direitos sociais (como educação, trabalho, assistência médica e social, moradia) e culturais, ou seja, (respeito à identidade e as diferenças religiosas e culturais).

De fato, cidadania e utopia são conceitos que surgiram de uma mesma conjuntura histórica, produtos de uma modernidade que criam raízes dentro das liberdades urbanas responsáveis pelo “primeiro surto desenvolvimentista europeu” (BRAUDEL apud MELO, GOBBI, SATHLER, 2006, p. 21)

O que inclui, portanto, uma relação de respeito e confiança do cidadão com o Estado e do Estado com o cidadão. Ou ainda, o reconhecimento pelo poder público de que o indivíduo é pleno em seus direitos e deveres; e o reconhecimento pelo cidadão de que tem o direito e o dever de interferir na constituição do Estado e de seus órgãos, de forma a assegurar a si mesmo, aos demais cidadãos e as gerações futuras estes mesmos direitos.

A conquista dos diferentes direitos que constituem a cidadania foi (e em alguns casos, ainda é) marcada por avanços e retrocessos, mas um ponto em comum aparece historicamente: mesmo classificada como um direito social, a educação popular sempre precedeu a conquista de uma cidadania plena. Nesse sentido, é importante destacar que a educação, e particularmente a alfabetização, é também um prerequisite para o acesso a uma parcela diferenciada da informação.

No Brasil, o acesso a educação formal, ou a simples alfabetização, nunca esteve ao alcance de todos. Como consequência, até o surgimento dos meios eletroeletrônicos também o acesso a informação foi privilégio de poucos.

Nos primeiros séculos a situação de Colônia impunha restrições legais para a publicação de livros e periódicos, mas o baixo número de pessoas alfabetizadas era por si só um impedimento maior. Mesmo depois da chegada da Família Real, e a posterior mudança de status do país, pouco mudou essa situação.

O Brasil era, então, um país de senhores e escravos, e é justamente a escravidão o fator mais negativo para a cidadania no Brasil. Carvalho (2006, p. 19) afirma que assim como o escravo não era cidadão, também à população legalmente livre (mulatos, empregados de vários níveis, comerciantes de pequeno porte e muitos outros) era negado o exercício da cidadania, pois ela dependia dos grandes senhores, ou “padrinhos”, para morar, trabalhar e defender-se do arbítrio do governo e de outros proprietários. Nem mesmo se pode chamar de cidadãos os grandes senhores de terra que, desconhecendo o sentido de cidadania, seguiam a máxima de que “para os amigos



tudo, para os inimigos a lei”, que infelizmente ainda pode ser verificada em determinadas circunstâncias na sociedade brasileira.

Dentro deste contexto, a imprensa brasileira demorou a chegar ao grande público. Em grande parte das situações os jornais eram atrelados aos interesses dos mandatários locais e a políticas provincianas. O longo período de escravidão e a posterior permanência do sistema de concentração de renda baseada na economia agrária consolidou as diferenças e as distâncias sociais, sempre excluindo os menos abastados, quando não dos direitos políticos, quase sempre dos direitos sociais.

Também é um fator agravante o fato de que, ainda que alguns movimentos políticos coloniais tenham contado com a participação de parcelas da população que não tinham acesso a cidadania plena, a ausência de uma luta de independência que mobilizasse todo o território nacional e a convivência da burguesia local com interesses internacionais, pouco contribuiu para a formação de uma população cidadã.

De fato, na maior parte da história brasileira predomina a pouca participação política e social dos habitantes do país.

O Brasil nasceu e cresceu sem experiência de diálogo. De cabeça para baixo, com receio da coroa. Sem imprensa. Sem relações. Sem escolas. Doente. Sem fala autêntica. (...). Entre nós (...) o que predominou foi o mutismo do homem brasileiro. A sua pouca participação na solução dos problemas comuns. (FREIRE apud MELO, GOBBI, SATHLER, 2006, p. 22)

No império, assim como no nascedouro da república que vira a sucedê-lo, os direitos civis e políticos eram privilégios de poucos, dos brancos, ricos e letrados, daqueles que conheciam e faziam as leis, em geral em seu próprio benefício. Em um período de direitos civis tão precários, é difícil falar de direitos sociais. Mesmo depois de 1930, quando houve uma aceleração do debate sobre os direitos sociais, ou ainda depois de 1943, quando foi implantada a Consolidação das Leis do Trabalho, as garantias reais de cidadania para os brasileiros de baixa renda eram poucas.

Da mesma forma, o acesso a mídia era limitado. Além da baixa escolaridade, do pouco hábito da leitura, o próprio custo dos jornais, mesmo os diários, funcionava como fator de exclusão. Excluídas da mídia institucionalizada, uma significativa parcela da população investem em meios alternativos, processos comunicacionais em geral marcados pela oralidade: os cantadores, as estórias e anedotas, os romances de cordel, o jornalismo ambulante dos caixeiros viajantes e muitos outros: “As classes populares têm



assim, meios próprios de expressão e somente através deles é que podem entender e fazer-se entender” (BELTRÃO, 2003, p.125).

É nesse contexto que o rádio, e posteriormente a televisão, se instalam no país.

O impacto destes novos veículos é visível. O mundo enfrentava a sua segunda grande guerra e o rádio atraía um novo público para as notícias. Embora em um primeiro momento nem todos tivessem acesso aos aparelhos de rádio, pela primeira vez os iletrados ou mesmo analfabetos brasileiros puderam ter acesso às informações diretamente da mídia, e, sobretudo, de uma mídia que trabalhava a partir da oralidade, a partir de uma linguagem acessível às classes populares.

Ainda que a propriedade destes veículos massivos estivesse concentrada na mão de uma elite burguesa, o rádio, e mais tarde a televisão, abriu novas possibilidades para o jornalismo e trouxe para o dia a dia do indivíduo comum informações que afetavam diretamente o exercício da cidadania e dos direitos políticos.

Em 1950, quando a televisão é implantada no Brasil, o ciclo do rádio ainda estava incompleto. O novo veículo, trazido por Chateaubriand como símbolo da modernidade de um país que estava a caminho do futuro, conquistou o público e em poucas décadas se tornou o principal veículo de informação dos brasileiros.

O telejornalismo no Brasil tem uma responsabilidade social e política maior que em qualquer país que eu conheço, exatamente porque o Brasil coloca toda sua população diante da televisão: o brasileiro iletrado ou o brasileiro acomodado não lêem jornal, e hoje em dia não se ouve rádio porque o que temos é uma rádio-serviço... então o que sobra é a televisão... (BETING, apud VIEIRA, 1991, p. 124)

Sobre mídia e telejornalismo

Os telejornais transformam a realidade ao elaborar o material jornalístico: seja por meio de recursos técnicos ou ideológicos. O conteúdo do telejornalismo é o resultado de um tipo de trabalho fragmentado, em que o ritmo de produção, muitas vezes, limita tanto quantitativamente quanto qualitativamente o seu conteúdo. Além disso, a necessidade de atingir um público diversificado resulta muitas vezes em um conjunto sem unidade aparente.

No entanto, além dessas características próprias da televisão e do telejornalismo de uma forma geral, o telejornalismo sensacionalista reforça ou potencializa alguns aspectos específicos.

No telejornal sensacionalista o discurso é construído a partir de uma redundância exagerada, de maneira que o telespectador possa perder partes sem deixar de entender a situação em si, a trama central (ou o fato transformado em trama). Cada fato noticiado contém uma narrativa em potencial, tanto no que se refere à edição de imagens, quanto ao texto, à informação toma as características de uma narrativa, dando ao fato noticiado uma dimensão romanesca.

O telejornalismo sensacionalista “convida para a dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico” (BOURDIEU, 1997, p.25). Essa característica é reforçada pelo desvendamento da história por etapas: como em um livro ou filme policial, os enigmas são desvendados passo a passo.

Além disso, a linguagem do telejornal sensacionalista é trabalhada para que o telespectador não necessite fazer esforços para entender o que está sendo dito. Destaca-se a preponderância da função fática, secundada pelas funções expressiva, conativa e referencial (JACKOBSON, 1995). Ao cumprir a função fática, o discurso da TV se estabelece como um contato permanente entre o emissor e o receptor/telespectador. Soma-se a isso a recepção quase sempre doméstica dessa mensagem: “O receptor percebe a mensagem de tevê como algo “natural” no interior de sua casa...”. (SODRÉ, 1977, p. 59-61), induzindo a convicção de que tem alguém conversando “comigo” (receptor/ telespectador) de uma forma quase pessoal. Há um rompimento da sensação de unilateralidade da comunicação, permanecendo uma “noção inconsciente de diálogo”.

O telejornal sensacionalista é todo construído a partir da emoção. Ela garante que o público fique “ligado”, não migre para outro canal ou outra atividade. Nesse sentido, é importante destacar que os conteúdos emocionais estão sempre presentes no jornalismo televisivo, mas nos telejornais ditos “sérios” esses conteúdos são contrabalançados por apresentadores mais formais, pautas diversificadas, técnicas de filmagem e texto que repassam uma idéia de neutralidade.

Os telejornais voltados para uma proposta mais popular buscam obter mais audiência com matérias jornalísticas de maior apelo dramático, em que predomina a moral simples do bem contra o mal, de mocinhos contra bandidos. Para conquistar a audiência, esses telejornais não têm pudor em transformar um acontecimento sem maior importância em manchetes espalhafatosas, usando para isso excessos emocionais e uma linguagem exacerbada e excessivamente coloquial, eventualmente com a utilização de



gírias, termos de baixo calão e insinuações apoiadas em ambivalências lingüísticas. A soma destas características compõe o sensacionalismo, ou o jornalismo sensacionalista.

Programa Chumbo Grosso: O sensacionalismo como negação da cidadania

O programa Chumbo Grosso é exibido de segunda a sexta-feira, das 13h00 às 14h15, pela TV Goiânia, afiliada da TV Band, para o Estado de Goiás. Ele pode ser definido, grosso modo, como um gênero popularesco orientado ao relato de infrações à lei e do cotidiano dos policiais, muito centrado nas chamadas ocorrências. Ou seja, o programa registra e dota de visibilidade a dinâmica cruel da violência na região metropolitana da capital goiana, sempre enaltecendo as ações policiais.

De acordo com o sítio de notícias da emissora TV Goiânia o programa Chumbo Grosso, apresentado por Batista Pereira, tem perfil jornalístico policial. Ainda segundo o sítio, o “programa mostra a realidade, sem disfarces nem meio termo. É um programa que aborda de maneira clara e objetiva a questão da segurança pública”. O apresentador é definido como o “mais versátil e influente comunicador da televisão Goiana, ele denuncia, cobra, e principalmente, fala com o telespectador de igual para igual”. O sítio ressalta ainda que o Chumbo Grosso “tem a maior audiência no horário, com 17,6% de SHARE. São mais de 2.500 televisores ligados no programa, superando em quase 50% seu concorrente direto”. Comum no gênero sensacionalista, o programa é fortemente marcado por efeitos sonoros tanto na abertura como durante o programa (o barulho do helicóptero, sons de balas e sirenes, etc).

Neste trabalho buscou-se por meio da análise de conteúdo verificar se o telejornal Chumbo Grosso informa a população para a consolidação da cidadania. Como se sabe a análise de conteúdo é um método utilizado pelas ciências sociais para estudos de conteúdo em comunicação e textos. Trata-se do método que analisa imagens, sons, etc., aleatoriamente:

O método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudado com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos, enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2008, p. 126).



Desta forma, observou-se o telejornal durante cinco dias da semana, entre os dias 06 (seis) e 10 (dez) de junho de 2011. Neste período foram veiculadas cerca de 8 (oito) matérias por dia sendo um total de 37 (trinta e sete) matérias.

Foram analisados os comentários das matérias feitos pelo apresentador do programa. Observou-se o uso do termo bandido, para se referir a pessoas acusadas de crimes em 35 (trinta e cinco) matérias, o favorecimento da pena de morte, no caso de a polícia matar os acusados, antes mesmo de julgamento prévio em 15 (quinze) matérias e a redução da menoridade penal para os 16 anos em 25 (vinte e cinco) matérias, e o termo “bandidinhos” para se referir aos adolescentes em conflito com a lei em 25 (vinte e cinco), as mesmas matérias em que há sugestão da redução da menoridade penal.

Assim, além da cobertura policial ou policialesca, o programa investe em interpretações extra-jornalísticas, estimulando polêmicas fictícias e repetindo rótulos (que incluem termos chulos ou gírias), adjetivos e definições de conotação negativa. Além de reafirmar o óbvio, a redundância verbal se sobrepõe à redundância das imagens. Cenas são constantemente reapresentadas ao mesmo tempo em que se repetem os comentários e termos indignados.

Em todos os casos a fragmentação e a ausência de uma coerência interna dos assuntos apresentados favorecem o sensacionalismo e dificulta a racionalização dos fatos pelo receptor, aumentando a sua dependência das informações repetitivas e fomentando a percepção inconsciente de que está desprotegido.

A picotagem dos assuntos e a verbosidade incessante dos repórteres e do apresentador tornam impossível analisar a importância de cada assunto ou fato por si só. Além disso, a cada novo bloco, muito do que já foi mostrado se repete; informações são repetidas, ainda que na voz do apresentador e dos repórteres se mantenha o tom de que tudo “está acontecendo agora”, que uma grande novidade está surgindo naquele segundo: tudo é urgente, tudo é agora, tudo necessita de uma resposta imediata ou uma “ação” imediata, quase sempre da polícia (da sociedade ou das autoridades).

De uma forma geral, percebeu-se no programa Chumbo Grosso a estratégia do telejornalismo sensacionalista, ou seja, a busca por oferecer informações que destacam fatos incomuns, mas de fácil cobertura, principalmente em relação a ações criminosas, as relações de indivíduos e a comunidade com o poder público (municipal, estadual e nacional), acidentes de trânsito, principalmente aqueles em que houve mortes e



mutilação⁴ e outras ações do cotidiano que não fluíram na dinâmica desejada. Enfim, situações que despertem e prendam a atenção do telespectador para o desenrolar da situação.

O grande destaque do programa é a violência em suas diferentes possibilidades de manifestação: os tiroteios e intervenções policiais, os crimes passionais ou por motivos fúteis, a violência policial e do crime organizado, a morte no trânsito, e outros fatos da vida diária com potencial para comover o público.

Sobre essa questão, convém destacar que a violência exposta no programa Chumbo Grosso, que neste artigo, foi considerado sensacionalista é, ao mesmo tempo, evidente e sutil. Evidente quando aponta para o crime, para o conflito, para as vítimas. Mas também é sutil quando se percebe que, sob a aparência de “máquina da informação”, serve como elemento reprodutor de uma ordem social perversa, onde um grupo que está “por cima” observa e fala sobre os desvalidos que estão “em baixo”, com a retórica do “distanciamento indignado” – distante para manter a aparente neutralidade, indignado para obter visibilidade e solidariedade daqueles que, na verdade, os sustentam através da audiência (ou, no caso do Estado, do voto).

Para compensar o distanciamento e forjar uma aproximação com as vítimas, os repórteres estão sempre presentes nos locais citados, falando com os moradores com intimidade forjada e uma postura petulante de quem sabe distinguir o bem do mal e está a serviço da população carente. Além do crime, da violência explícita, o programa dá destaque a uma “estética do desespero”. Mães reclamam a morte dos filhos, parentes desesperam-se perante os corpos mutilados.

Também o assalto, a insegurança nas ruas, desperta a veemência de repórteres e noticiaristas do programa. Aliás, chamam mais atenção os casos em que a reportagem antecipa a chegada da polícia, geralmente atendendo à solicitação de moradores ou comerciantes locais, denunciando ameaças de gangues e pressões de grupos ligados ao tráfico (ou a outro tipo de contravenção) aos comerciantes e moradores. Nestes casos multiplicam-se as expressões indignadas dos participantes dos programas, seja ele o repórter no local, que tenta entrevistar passantes e curiosos, enquanto fica “por ali” esperando pela chegada das “autoridades competentes”, seja o apresentador no estúdio, conduzindo o espetáculo.

⁴ Sobre mutilação, o apresentador do programa mantém um sitio de notícias em que há um ícone “Fotos chocantes” destinado apenas a explorar a perda de partes do corpo humano em acidentes. Em geral, quando o programa começou as imagens eram comuns, hoje as imagens tem uma ligeira distorção, mas ainda é possível observar as mutilações.



Novamente, trata-se de uma relação na qual a violência praticada é sutil: os repórteres comprometem a própria dignidade (fazendo o seu trabalho, mesmo que injusto com o outro, mesmo que assediando e atormentando) e a dignidade de pessoas em princípio inocentes, para saciar a curiosidade do telespectador, que em termos absolutos é na verdade aquele que – com essa curiosidade – que provoca toda essas ações violentas.

Conclusão

É preciso deixar claro, portanto, que a opção pelo jornalismo sensacionalista é (pelo menos) também uma opção do emissor. A informação jornalística possui todo um potencial que vai além da mera ilustração dos fatos diários, pois é uma relação de exposição de poder das emissoras e um espaço para visibilidade para o Estado. Ao escolher o modelo de jornalismo sensacionalista o emissor, acima de tudo, está escolhendo a forma como vai construir essa relação, está delimitando o seu campo de atuação.

Além desse aspecto, a televisão é também um campo de mediação discursiva – retrata a violência – pelo menos parte dela, do modo como a sociedade percebe essa violência. Assim o discurso que a televisão apresenta sobre sensacionalismo e violência não sendo um retrato exato dessa violência é pelo menos parcialmente, uma referência sobre a maneira como a própria sociedade percebe essa questão. Mais do que “retratar” como um espelho a sociedade em que está inserida, a mídia capta as percepções eventualmente inconfessáveis que a sociedade faz de si mesma.

Considerado esses aspectos, permanece a questão: realmente existe a possibilidade de informar para a cidadania quando os limites técnicos e sociais do veículo televisão são potencializados pelo sensacionalismo?

Se informar significa mostrar a realidade, a resposta deve ser negativa para o Programa Chumbo Grosso. Como já vimos, a questão da verdade está afastada das representações da mídia. De fato, ao invés de pensar na televisão como um espelho do real, seria melhor considerá-la como uma brecha para a alma, para espaços negros do cérebro humano, para o inconsciente social.

De fato, a incapacidade do telejornalismo sensacionalista em retratar o real não deve minimizar a importância das representações construídas por este telejornal, pois elas apontam questões relevantes.



A divulgação da violência pela televisão é elaborada de tal forma que deixa “vazar” a noção de que o erro (no caso a violência) pertence à sociedade, é intrínseca a ela, pois é resultado de desigualdades históricas é uma endêmica incompetência do Estado, doença cujos sintomas se manifestam por uma corrupção crescente e incontrolável. Dessa forma, o programa não retrata a realidade, mas antes representa um exercício sutil de construção de pretensas realidades, gerando a sensação de que tudo é permanentemente desorganizado.

A audiência do programa é mantida pela promessa de mesmo no caos, há espaço para a indignação e que sempre existe algo pior do que o desespero da vida ordinária, comum e tediosa do que a vida vivida dentro das casas dos telespectadores. No entanto, a estética do programa, a condução dos casos/reportagens, igualmente transmite a noção de que para os indivíduos de baixa renda a vida é uma constante de preocupação e desespero, de perdas e falsas conquistas, da ausência de soluções. A violência da vida sem esperança.

Nesse sentido, o programa é um des-constutor da cidadania, pois apresenta apenas as carências, a ausência de soluções (embora grite indignada por elas), a vida despida de qualquer possibilidade de uma relação de respeito entre o indivíduo de baixo poder aquisitivo e o Estado e com a sociedade. Desta forma o telejornalismo sensacionalista retira dos indivíduos na tela – e, ousou dizer, dos receptores – o direito que lhes é mais caro, o direito a esperança, a felicidade. O direito a ter direitos.

Tristemente, esse modelo de telejornalismo pode ser comparado à vida diária da parcela da sociedade que não consegue exercer plenamente a sua cidadania. Trata-se de um jornalismo pobre em imagens e em retórica, monótono quase sempre, ocasionalmente ridículo, surpreendente às vezes, mas sempre obra inacabada na qual o indivíduo/telespectador é apresentado como vítima passiva, indivíduo incapaz de lutar até mesmo pela própria vida ou por seus direitos.

Tristemente, o telejornalismo sensacionalista, repete-se em um ciclo óbvio de denúncias nunca apuradas, de carências permanentes, de reivindicações nunca atendidas, formando um retrato pobre, distorcido e mal acabado de uma vida incompleta e insatisfatória.



Referências

- BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **Além dos meios e mensagens** - introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BUCCI, Alfredo & KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo, Boitempo, 2004.
- BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo, 1996.
- CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006
- HAMBURGER, Éster. Diluindo Fronteiras: A televisão e as novelas no cotidiano. In NOVAIS, Fernando (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, vol. 4.
- HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em Jornalismo. IN: LAGO, Cláudia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- JACKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 20ª ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- MACHADO, Arlindo. **A Televisão Levada a Sério**. São Paulo: Editora do Senac, 2000.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. Comunicação e Jornalismo. São Paulo: Hacker, 2000.
- MARQUES DE MELO, José. Estado, sociedade civil e comunicação na América Latina. In **Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo: IMS, n.º 12, out./1984.
- MELO, José Marques, GOBBI, Maria Cristina, SATHLER, Luciano. (org.) **Mídia Cidadã**. Utopia Brasileira. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.
- MOTA, Célia Ladeira. O gesto e a palavra: representações sobre cidadania no telejornal. In VIZEU PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Coleção Biblioteca J. Florianópolis: Calandra, 2005. p. 125-143.
- SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SODRÉ, Muniz. **O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez, 1992.
- STEPHENS, Mitchel. **História das comunicações: do tantã ao satélite**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- TEMER. Ana Carolina Rocha Pessoa. **Notícias & Serviços nos telejornais da Rede Globo**. Rio de Janeiro: Sotese, 2002.
- VIEIRA, Geraldinho. **Complexo de Clarck Kent: são super-homens os jornalistas?** São Paulo: Summus, 1991.